Anexo 2016

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
Nª SENHORA DA LUZ
LAR, CENTRO DE DIA E APOIO DOMICILIÁRIO

Índice

1 Identificação da Entidade 4
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras 4
2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras 4
2.2 Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade. 5
2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior. 5
3 Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros 5
3.1 Principais políticas contabilísticas: 5
3.2 Alterações nas políticas contabilistas, ... 11
3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas e 11
3.4 Correção de erros de períodos anteriores e seus impactos nas demonstrações financeiras do período. 11
4 Ativos Fixos Tangíveis 11
5 Ativos Intangíveis 13
6 Custos de Empréstimos Obtidos 15
7 Inventários 16
8 Rendimentos e gastos 16
9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes 17
10 Subsídios do Governo e apoios do Governo 17
14 Imposto sobre o Rendimento 18
12 Benefícios dos empregados 18
13 Acontecimentos após data de Balanço 19
15 Divulgações exigidas por outros diplomas legais 19
16 Outras Informações 20
16.1 Investimentos Financeiros 20
16.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros 20
16.3 Créditos a receber 20
16.4 Outros Ativos Correntes 21
16.5 Diferimentos 21
16.6 Caixa e Depósitos Bancários 22
16.7 Fundos Patrimoniais 22
16.8 Fornecedores 22
16.9 Estado e Outros Entes Públicos 23

16.10 Outros Passivos Financeiros 23
16.11 Subsídios, doações e legados à exploração 24
16.12 Fornecimentos e serviços externos 24
16.13 Outros rendimentos 25
16.14 Outros gastos 25
16.15 Resultados Financeiros 26

1 Identificação da Entidade

O Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Luz, sediado na Rua da Parada Militar N.º 12, 2560-053 A-dos-Cunhados, é uma pessoa colectiva religiosa reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), integrada no tipo de Organizações ou Instituições da Igreja Católica na Direcção Geral da Segurança Social desde 08/05/1985, no livro 02 das Fundações de Solidariedade Social sob o n.º 44/85 nas folhas 199 e 200.

Adopta a forma de Centro Social Paroquial, sem prejuízo do espírito e disciplina religiosa que o informam, regendo-se pelas disposições do Estatuto das IPSS, dos estatutos próprios e demais normas aplicáveis, desde que no respeito pelas disposições da Concordata de 2004.

A instituição visa essencialmente prosseguir actividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento (a que corresponde a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE) n.º 87301), tendo encetado no período de 2015 uma actividade comercial que culmina com a venda de material de incontinência, bem como uma vasta variedade de material de enfermagem (CAE secundário n.º 86906), alargando assim o leque de clientes/utentes à comunidade em geral.

Resumidamente a actividade assenta nos seguintes fins:

- Apoio às famílias e às pessoas idosas, através do seu Centro Interdisciplinar de Promoção da Autonomia, constituído pelas respostas sociais de: Estrutura Residencial para Pessoas Idosas; Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, ou outras;
- Apoio à família e às pessoas através da sua integração no mercado de trabalho;
- Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência, de capacidade para o trabalho ou isolamento;
- Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa, de cuidados continuados e de reabilitação e assistência medicamentosa;
- Obtida licença do Ordinário do lugar, a promoção de outras respostas sociais, não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

2.2 Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL

2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2015, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de dezembro de 2016.

3 Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Instituição na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras;

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

i) Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

ii) Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

iii) Compreensibilidade:

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

iv) Relevância:

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

v) Materialidade:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

vi) Fiabilidade:

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

vii) Representação Fidedigna:

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confiram segurança na hora da tomada de decisão.

viii) Substância sobre a forma:

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

ix) Neutralidade:

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

x) Prudência:

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

xi) Plenitude:

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

xii) Comparabilidade:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Instituição e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

b) Outras políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da Instituição são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas aos períodos apresentados, salvo indicação contrária.

Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Instituição e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.
As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Instituição espera vir a incorrer.
Os ativos que foram atribuídos ao Centro Social e Paroquial a título gratuito, nomeadamente uma edificação, encontra-se mensurada pelo valor escriturado aquando a doação.

As despesas subsequentes que a Instituição suporte com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Propriedades de Investimento

Não aplicável.

Investimentos financeiros

Em Investimentos Financeiros constam os Fundos de Compensação de Trabalho, constantes da Lei n.º 70/2013, de 30 de Agosto, que corresponde a um fundo de capitalização individual, pretendendo garantir o pagamento até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho. Este fundo aplica-se apenas a contratos iniciados a partir de 1 de Outubro de 2013.

No caso de cessação do contrato de trabalho o valor individualizado do respetivo trabalhador é desreconhecido dos investimentos financeiros, aquando o seu reembolso.

Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo médio ponderado.

Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são mensurados pelo método do custo menos eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Créditos a receber

Compreende "Clientes" bem como outras contas a receber e estão registadas pelo seu custo deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).
Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

À data de relato a Instituição avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.
Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

Provisões

Não aplicável.

Financiamentos Obtidos

Os "Financiamentos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Gastos de Financiamento" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

Por força do n.º 3 do referido artigo que menciona: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, (…)", os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se assim sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

Enquadra-se neste regime a actividade de venda de material clínico e de incontinência, bem como o rendimento obtido através da produção de energia própria.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As perspetivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração, legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e portanto não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa dos órgãos de gestão, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expetativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis. Os eventos futuros poderem vir a alterar as estimativas efetuadas, pelo que nesse momento as mesmas serão alteradas de forma prospetiva.

3.2 Alterações nas políticas contabilistas,

3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas e

3.4 Correção de erros de períodos anteriores e seus impactos nas demonstrações financeiras do período

Durante o presente período foi detetado um erro de classificação, cuja correção teve os seguintes efeitos:

- Diminuição do valor do ativo da Instituição, nomeadamente na rubrica de "**Outros Ativos Fixos Tangíveis**";
- Reflexo nos Resultados Transitados do valor de aquisição desses bens, que não tendo na altura contribuído para o cálculo dos resultados do período, consta agora como uma diminuição destes;
- Estorno em Resultados Transitados das amortizações praticadas, refletidas nas demonstrações financeiras de anos transatos.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o quadro a seguir apresentado, tendo em conta os seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Vida útil estimada (anos)

Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	5 – 51
Equipamento básico	5 – 10
Equipamento de transporte	4 -8
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros Ativos fixos tangíveis	1 - 10

2015						
Descrição	**Saldo inicial**	**Aquisições/ Dotações**	**Abates**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo final**
Terrenos e recursos naturais	112.801,00					112.801,00
Edif. e outras construções	1.686.492,56	40.417,24		154.477,72		1.881.387,52
Equipamento básico	340.693,94	20.723,78				361.417,72
Equipamento de transporte	81.731,51	43.492,00	15.049,20			110.174,31
Equipamento administrativo	164.263,32	2.968,33				167.231,65
Out. Activos fixos tangíveis	72.568,39	6.022,80				78.591,19
Investimentos em Curso	79.688,77	74.788,95		-154.477,72		0,00
Total	**2.538.239,49**	**188.413,10**	**15.049,20**	**0,00**	**0,00**	**2.676.583,39**

Depreciações acumuladas	**Saldo inicial**	**Depreciações**	**Abates**	**Transferências**	**Outras**	**Saldo final**
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edif. e outras construções	330.626,80	34.670,90				380.394,24
Equipamento básico	275.899,33	13.633,03				289.532,36
Equipamento de transporte	74.449,22	13.602,18	15.049,20			73.002,20
Equipamento administrativo	152.935,34	5.371,35				158.158,06
Out. Activos fixos tangíveis	52.393,62	4.784,21				57.326,46
Total	**886.304,31**	**87.158,21**	**15.049,20**	**0,00**	**0,00**	**958.413,32**

2016

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	112.801,00					112.801,00
Edifícios e outras construções	1.881.387,52	17.152,30				1.898.539,82
Equipamento básico	361.417,72	21.855,65				383.273,37
Equipamento de transporte	110.174,31	11.905,50	5.695,04			116.384,77
Equipamento administrativo	167.231,65	2.846,58				170.078,23
Outros Ativos fixos tangíveis	78.591,19	2.999,92	19.553,48			62.037,63
Total	**2.711.603,39**	**56.759,95**	**25.248,52**	**0,00**	**0,00**	**2.743.114,82**

Depreciações acumuladas	Saldo inicial	Depreciações	Abates	Transferências	Outras	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edif. e outras construções	380.394,24	53.497,26				433.891,50
Equipamento básico	289.532,36	16.296,58				305.828,94
Equipamento de transporte	73.002,20	15.668,68	5.695,04			82.975,84
Equipamento administrativo	158.158,06	4.514,51				162.672,57
Out. Activos fixos tangíveis	57.326,46	3.262,71	2.628,14			57.961,03
Total	**958.413,32**	**93.239,74**	**8.323,18**	**0,00**	**0,00**	**1.043.329,88**

No decurso de 2016 decidiu-se desreconehcer um ativo, classificado como "Outros Ativos Fixos Tangíveis", já que não obedece aos requisitos para que seja reconhecido como tal. Esse mesmo valor, aquando a sua inclusão nos Ativos Fixos Tangíveis tinha subjacente as fichas patrimoniais números 159, 196 e 216 que foram devidamente abatidas.

Também durante o ano foi possível alinear uma viatura, resultando dessa operação uma mais-valia.

5 Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Instituição usufrui dos seguintes "Ativos Intangíveis" do domínio público:

Descrição
Concessão de Sepultura Perpétua – Talhão 17 coval 9 no Cemitério de A-dos-Cunhados, no valor de 900,00€

Outros Ativos Intangíveis

Nos Intangíveis do Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Luz são praticadas as taxas de amortização correspondentes aos períodos de vida útil estimada:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 - 4

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2015						
Descrição	**Saldo inicial**	**Aquisições / Dotações**	**Abates**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo final**
Goodwill	0,00					0,00
Proj. Desenvolvimento	0,00					0,00
Prog. Computador	19.351,06	900,98				20.252,04
Prop. Industrial	0,00					0,00
Out. Act. intangíveis	0,00					0,00
Total	**19.351,06**	**900,98**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**20.252,04**

Depreciações acumuladas	Saldo inicial	Amortizações	Abates	Transferências	Outras	Saldo final
Goodwill	0,00					0,00
Proj. Desenvolvimento	0,00					0,00
Prog. Computador	17.549,75	822,91				18.372,66
Prop. Industrial	0,00					0,00
Out. Act. intangíveis	0,00					0,00
Total	**17.549,75**	**822,91**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**18.372,66**

2016						
Descrição	**Saldo inicial**	**Aquisições / Dotações**	**Abates**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo final**
Goodwill	0,00					0,00
Proj. Desenvolvimento	0,00					0,00
Prog. Computador	20.252,04	207,56				20.459,60
Prop. Industrial	0,00					0,00
Out. Act. intangíveis	0,00					0,00
Total	**20.252,04**	**207,56**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**20.459,60**

Depreciações acumuladas	**Saldo inicial**	**Amortizações**	**Abates**	**Transferências**	**Outras**	**Saldo final**
Goodwill	0,00					0,00
Proj. Desenvolvimento	0,00					0,00
Prog. Computador	18.372,66	1.019,39				19.392,05
Prop. Industrial	0,00					0,00
Out. Act. intangíveis	0,00					0,00
Total	**18.372,66**	**1.019,39**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**19.392,05**

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

	2016			**2015**		
Descrição	**Corrente**	**Não Corrente**	**Total**	**Corrente**	**Não Corrente**	**Total**
Empréstimos Bancários	342,34	0,00	342,34	4.384,48	0,00	4.384,48
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**342,34**	**0,00**	**342,34**	**4.384,48**	**0,00**	**4.384,48**

Os planos de pagamento da dívida da Instituição, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como se segue:

Descrição	2016			2015		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
	4.042,14	77,57	4.119,71	11.812,30	686,85	12.499,15
Total	**4.042,14**	**77,57**	**4.119,71**	**11.812,30**	**686,85**	**12.499,15**

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2015				2016		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	31.997,68	0,00	6.368,06
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	15.089,77	166.925,69	0,00	22.633,96	135.342,91	0,00	8.094,49
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Prod. e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	**15.089,77**	**166.925,69**	**0,00**	**22.633,96**	**167.340,59**	**0,00**	**14.462,55**

	2015		2016
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	**159.381,50**		**173.958,09**

8 Rendimentos e gastos

8.1 – Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
Vendas	38.285,52	33.764,43
Prestação de Serviços	755.364,91	710.101,18
Juros	213,26	260,05
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Outros	580.897,99	560.402,20
Total	**1.374.761,68**	**1.304.527,86**

O valor das prestações de serviços corresponde às mensalidades dos utentes.

Os juros referem-se aos ganhos financeiros obtidos com as aplicações em contas de depósitos a prazo.

9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são reconhecidos nos Capitais Próprios. Subsequentemente são imputados numa base sistemática como rendimento durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que compensem, nomeadamente as depreciações.

A imputação dos subsídios ao investimento teve o seguinte impacto nos fundos patrimoniais:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
MASES	375.863,98	0,00	7.926,54	367.937,44
PIDAC	53.609,21	0,00	2.144,41	51.464,80
Programa Solar Térmico	24.120,53	0,00	2.675,21	21.444,82
Outros	8.379,78	0,00	349,16	8.030,62
Total	**461.973,50**	**0,00**	**13.095,82**	**448.877,68**

Os subsídios à exploração imputam-se como rendimentos do exercício.

Durante o ano de 2016 a Instituição recebeu subsídios do Instituto de Emprego e Formação Profissional de diversos tipos, designadamente Medidas Estímulo, Contrato Emprego e Inserção, Contrato Emprego e Inserção +, Programa Vida Emprego, Estágios Profissionais, Emprego Jovem Ativo.

Descrição	2016	2015
Subsídios do Investimento		
MASES	7.926,54	7.926,54
PIDAC	2.144,41	2.144,41
Programa Solar Térmico	2.675,71	2.675,71
Outros	349,16	349,16
Subsídios à Exploração		
IEFP	50.131,41	70.590,05
Total	**63.227,23**	**83.685,87**

Paralelamente aos subsídios ao investimento e à exploração, a Instituição conta também com as Comparticipações do Instituto da Segurança Social que cofinanciam as valências de E.R.P.I, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário:

Descrição	2016	2015
Subsídios do I.S.S.		
E.R.P.I.	308.448,00	304.491,60
Centro de Dia	39.034,80	42.671,40
Serviço de Apoio Domiciliário	89.877,60	83.623,80
Vagas Protocoladas – E.R.P.I.	7.440,80	3.390,18
Complemento por Dependência	19.324,52	7.364,48
Total	**464.125,72**	**441.541,46**

14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 999,86€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2016	2015
IRC Liquidado	999,83	1.099,36
Tributação Autónoma	0,00	0,00
Total	**999,83**	**1.099,36**

12 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço na Instituição durante o ano de 2016 foi de **73**, abrangendo diversos programas proporcionados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, os quais nos permitiram obter os rendimentos mencionados na nota 10.

A instituição usufruiu do contributo de trabalho prestado a título voluntário por **12** membros, entre os quais uma cabeleireira, e os restantes colaborando no apoio aos idosos e nas funções administrativas.

Os órgãos diretivos são compostos por cinco membros, dos quais dois usufruem as seguintes remunerações:

- **Horácio Félix** – Vice-presidente da instituição, que dada a complexidade da gestão, ao tempo e aos recursos pessoais despendidos, encetou um contrato de trabalho em regime de comissão de serviço a 23 de Março do presente ano, passando a ser compensado através de dois IAS (838,44€)

- **José Augusto** – Secretário da Direção vigente, e Encarregado de Serviços Gerais desde 1992, aufere mensalmente 1.500,00€, juntamente com as diuturnidades vencidas e a compensação pela isenção de horário de trabalho, dadas as funções que desempenha.

Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Orgãos Sociais	7.769,54	0,00
Remunerações ao pessoal	615.296,96	592.090,34
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	130.699,97	121.260,87
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	6.646,61	5.509,80
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Formação Profissional	3.225,00	2.521,65
Outros Gastos com o Pessoal	10.717,78	6.266,62
Total	**774.355,86**	**727.649,28**

13 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

15 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A prestação das contas é publicada no *site* da instituição: www.larnossasenhoradaluz.pt.

16 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

16.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Instituição detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2016	2015
Investimentos em subsidiárias	**0,00**	**0,00**
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	**0,00**	**0,00**
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	**0,00**	**0,00**
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	**0,00**	**0,00**
Outros investimentos financeiros	**2.106,00**	**1.288,14**
Perdas por Imparidade Acumuladas	**0,00**	**0,00**
Total	**2.106,00**	**1.288,14**

16.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Não aplicável.

16.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2016 e 2015 esta rubrica desagrega-se da seguinte forma, atendendo a que são deduzidas as perdas por imparidade:

Descrição	2016	2015
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	3.841,61	3.892,12
Utentes	17.363,41	19.672,71
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	1.064,06	0,00
Utentes	42.319,48	25.526,52
Total	**64.588,56**	**49.091,35**

Nos períodos de 2016 e 2015 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2016		2015	
	Do Período	Acumuladas	Do Período	Acumuladas
Clientes	92,59	92,59	0,00	0,00
Utentes	4.771,00	28.135,22	10.873,76	24.744,69
Total	**4.863,59**	**28.227,81**	**10.873,76**	**24.744,69**

16.4 Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros Ativos Correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	100,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	14.817,79	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	10.615,16	5.814,11
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
C.G.D. 2009/2019	21.136,80	0,00
Total	**46.669,75**	**5.814,11**

16.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a Reconhecer		
Seguros a liquidar	4.697,71	5.561,12
Grenke – Aluguer Mensal	147,60	147,60
Juvex – Contrato de Assistência	25,28	23,63
Contrato Cópias DEVELOP INEO+220	148,88	282,44
Despesas com formação	120,00	0,00
Total	**5.139,47**	**6.014,79**
Rendimentos a Reconhecer		
Total	**0,00**	**0,00**

16.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2015
Caixa	4.228,64	933,89
Depósitos à ordem	126.264,58	110.240,68
Depósitos a prazo	124.000,00	24.000,00
Total	**254.493,22**	**135.174,57**

De salientar, que na rubrica de depósitos a prazo é incluída a parte correspondente aos utentes cofre, a qual contrapõe com "Outros Passivos Correntes" no balanço.

16.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	163.292,93	0,00	0,00	163.292,93
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	187.714,52	0,00	0,00	187.714,52
Resultados transitados	815.966,82	146.479,70	-19.933,73	942.512,79
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	504.794,50	0,00	-13.095,82	491.698,68
Total	**1.671.768,77**	**146.479,70**	**-33.029,55**	**1.785.218,92**

A variação dos fundos patrimoniais resulta das seguintes operações:

- Tratamento dos resultados do período anterior, tendo sido feita a sua reclassificação em Resultados Transitados;
- Imputação dos Subsídios ao Investimento como rendimento do período na proporção da respectiva depreciação dos activos subjacentes;
- Aplicação do princípio contabilístico *especialização do exercício* no que respeita aos valores recebidos da Segurança Social inerentes à Comparticipação de períodos transatos.

16.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	26.338,08	33.021,81
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	**26.338,08**	**33.021,81**

16.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4.883,74	13.849,13
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	**4.883,74**	**13.849,13**
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	999,83	1.099,36
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	801,46	10.018,15
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2.991,50	3.122,75
Segurança Social	16.199,21	15.290,10
Outros Impostos e Taxas	131,83	125,14
Total	**21.123,33**	**29.655,50**

16.10 Outros Passivos Financeiros

A rubrica Outros Passivos Financeiros desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Adiantamentos de clientes e utentes		**2.126,00**		
Fornecedores de Investimentos		**1.245,35**		**713,70**
Credores por acréscimo de gastos		**100.510,27**		**106.841,47**
Outros credores		**37.470,46**		**28.531,85**
Total	**0,00**	**141.352,08**	**0,00**	**136.087,02**

16.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Instituição reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	514.257,13	512.131,51
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	**514.257,13**	**512.131,51**

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

16.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	0,00	16,00
Serviços especializados	65.701,99	67.129,68
Materiais	36.376,18	36.363,33
Energia e fluidos	64.148,92	69.293,97
Deslocações, estadas e transportes	1.429,22	4.504,83
Serviços diversos	61.763,98	43.174,63
Total	**229.420,29**	**220.482,44**

16.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	5.688,98	6.654,46
Descontos de pronto pagamento obtidos	990,96	1.014,31
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	257,25	0,00
Rendimentos em subs., associadas e empreendimentos conj.	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	1,95	1,91
Rendimentos em investimentos não financeiros	300,00	250,00
Outros rendimentos		
Correções relativas a períodos anteriores	17,31	1.098,41
Imputação de subsídios para investimentos	13.095,82	13.095,82
Donativos	44.428,12	26.155,78
Total	**64.780,39**	**48.270,69**

16.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	1.435,06	3.045,56
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,04	0,00
Incobráveis	0,00	2.139,23
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subs., associadas e empreendimentos conj.	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos		
Correções relativas a períodos anteriores	20,29	846,63
Donativos	150,00	235,00
Quotizações	309,00	299,00
Multas e Penalidades	60,00	100,00
Fundo de restruturação do sector solidário	0,00	433,26
Total	**1.974,39**	**7.098,68**

16.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	77,58	688,49
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	17,00	0,00
Total	**94,58**	**688,49**
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	213,26	260,05
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	**213,26**	**260,05**
Resultados Financeiros	**118,68**	**-428,44**

Paradas, 31 de dezembro de 2016

O Técnico Oficial de Contas n.º 85.983

A Direção